



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos relativo às Contas da Campanha Eleitoral para a Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela Candidatura PS – Partido Socialista

PA 2/ALRAA/20/2020

junho/2024



Índice

Índice.....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução	3
2. Método e Responsabilidade.....	3
2.1. Método.....	3
2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro	6
3. Informação Financeira.....	6
4. Resultados / Observações	7
4.1. Cedência de bens a título de empréstimo – não valorizadas a valores de mercado	7
4.2. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado	8
4.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas	12
4.4. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto.....	14
5. Conclusões.....	16
6. Direito ao Contraditório	16
Lista de Anexos.....	18



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020
Candidatura	PS – Partido Socialista
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do partido PS
PS	Partido Socialista



Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos envia à apreciação do **Partido Socialista**, relativo às contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas da campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Partido Socialista**, daqui em diante designado por **PS**, ou apenas por **Candidatura**.

2. Método e Responsabilidade

2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados, e quando aplicáveis, foram os seguintes:



- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;
- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no art.º 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, as quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, a **Candidatura** apurou uma receita global de 332.643,90 EUR e uma despesa total de 393.990,13 EUR (cfr. fls. 29, conjugada com fls. 39 e 46 do PA e Anexos I e II)). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo negativo no valor de 61.346,23 EUR (cfr. fls. 28 e 29 do PA).

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de subvenção pública, no valor de 277.082,27 EUR, de contribuições de Partido Político, no valor de 50.996,63 EUR, de produto de angariação de fundos, no valor de 2.000,00 EUR e de cedência de bens a título de empréstimo, no valor de 2.565,00 EUR (cfr. fls. 29, conjugado com fls. 23, 39 a 41, 43 e 45, todas do PA).



4. Resultados / Observações

4.1. Cedência de bens a título de empréstimo – não valorizadas a valores de mercado

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

Por seu turno, os bens cedidos a título de empréstimo são considerados para efeitos do limite previsto no n.º 4 do artigo 16.º, reconhecidos como receitas e como despesas de campanha pelo seu valor corrente de mercado, e discriminados como referem as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 12.º, ambos da Lei n.º 19/2003.

Tais cedências devem ser consideradas pelo seu valor corrente de mercado, conforme o disposto no artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003) e devem respeitar o limite previsto no artigo 7.º, n.º 3, da mesma Lei.

Feito este enquadramento, e para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pela Candidatura e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, foi registada no “Mapa M5 – Receitas de Campanha – Cedência de bens a título de empréstimo” e no “Mapa M14 – Despesas de Campanha – Cedência de bens a título de empréstimo” a cedência de uma viatura “Renault JL (Trafic)” de 9 lugares, com matrícula “

”, pelo período compreendido entre 27/08/2020 e 23/10/2020 (57 dias), com o valor diário de 45,00 EUR, e suportada por uma declaração emitida pelo cedente “

”, por um recibo e por cópia dos documentos de registo da viatura em causa (fls. 39, 45, 46 e 63, todas do PA e fls. 80 a 83 do Anexo I do PA).



O cotejo entre os valores de mercado contantes do capítulo “IV – Comícios, espetáculos e caravanas”, ponto “5 – Meios de transporte”, subponto “5.1.3. – Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 152,03EUR a 50,00EUR”, da Listagem n.º 2/2020, e o valor diário do veículo supra identificado permitiu verificar que este valor se encontra 5,00 EUR abaixo do limite mínimo.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), **podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta cedência de bem a título de empréstimo se afigura como razoável/justificada.**

Pelo exposto, a situação identificada carece de esclarecimento por parte da Candidatura de forma que seja possível aferir da razoabilidade/justificação desta cedência por aquele respetivo valor. Não o fazendo, esta situação consubstancia a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003, ou, em face da mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria, a diferença (entre o valor da cedência e o valor de referência de mercado) poderá representar uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma legal.

4.2. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003, são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos



principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, a Candidatura registou nas contas as despesas a seguir documentadas, concretamente nos mapas “M7 – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa” e digital, “M9 – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” e “M10 – Despesas de Campanha – Brindes e outras ofertas” (cfr. fls.29 conjugada com fls. 46, 48, 49, 51 a 56, todas do PA), cujos valores se encontram abaixo dos valores de referência de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020 (cfr. fls. 123, 125, 127, 128, 131 verso/132, 143, 143 verso, 144 verso, 149 verso/150, 150 verso/151, 154 verso/155, 168, 169 a 171, 175/176, 178/179, 189 a 191, 192/193, todas do PA):

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149857	02/09/2020	3.091,88	2.620,24	Postais "Vasco Cordeiro" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché mate de 250Gr, 8000 Qtd., 0,045€/Uni. ; Infomail carta "Terceira" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr, com 3 dobras 28500 Qtd., 0,0502€/Uni. ; Infomail carta "Garciosa" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 2200 Qtd., 0,1575€/Uni. ; Infomail carta "Flores" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 2500 Qtd., 0,1575€/Uni. ; Infomail carta "Corvo" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 300 Qtd., 0,3€/Uni. ; 2620,24€	Postais: entre 5.000 e 10.000 unid., preço entre 0,15€ e 0,24€ ; Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149856	02/09/2020	3.023,99	1.074,70	Infomail carta "São Jorge" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 6690 Qtd., 0,09€/Uni. ; Infomail carta "Santa Maria" no formato 31x21 cm impressão 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 4726 Qtd., 0,1€/Uni. ; 2562,70€	Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149859	03/09/2020	3.953,00	3.350,00	Infomail São Miguel carta "Vasco Cordeiro" no formato 4/4 cores em papel couché de 100Gr com 3 dobras, 62700 Qtd., 0,0534€/Uni. ; 3350€	Infomail: 3.2. Ilhas: ponto 3.2.3 de 50g a 100g e 3.2.4. 100g a 200g, preço

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
							entre 57,74€ e 85,27€ por milheiro
Propaganda	CTT Contacto, S.A.	12395	30/09/2020	4.021,25	1.545,26	Infomail CTT distribuição 53.453 Qtd, peso 7, 0,02891€/uni. 1.545,26€	Infomail - Distribuição de Correio preço por milheiro; 3.2.1. Ilhas até 30grs, preço entre 40,00€ e 50,20€
Propaganda	EGA-Empresa Gráfica Açoreana, Lda	20149927	21/09/2020	1.980,04	1.678,00	Postais "Corvo" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 200 Qtd., 0,275€/Uni. ; Postais "Flores" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd. 0,075€/Uni. ; Postais "Faial" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 3000 Qtd, 0,059€/Uni. ; Postais "S. Jorge" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2500 Qtd, 0,066€/Uni. ; Postais "Graciosa" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd, 0,075€/Uni. ; Postais "Terceira" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 6000 Qtd, 0,049€/Uni. ; Postais "Santa Maria" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 2000 Qtd, 0,075€/Uni. ; Postais "São Miguel" no formato A6 impressão 4/4 cores em papel couché de 250Gr, 8000 Qtd, 0,045€/Uni. ; 1.678,00€	Postais: entre 5.000 e 10.000 unid., preço entre 0,15€ e 0,24€
Propaganda	CTT Contacto, S.A.	510012513	31/10/2020	3.131,11	1.212,81	Infomail CTT distribuição 6.000 Unid; Peso 7, 0,02891€/Unid. ; Infomail CTT distribuição 29.998 Unid; Peso 13, 0,02891€/Unid. ; Correio contacto 5.955 Unid..peso 13, 0,02891€/Unid. ;	Infomail - Distribuição de Correio preço por milheiro; 3.2.1. Ilhas até 30grs, preço entre 40,00€ e 50,20€
Comícios	Rego Costa & Tavares/Rent a Car	626282	02/10/2020	2.577,12	2.184,00	Aluguer de uma viatura Renault Trafic Ilha Terceira de 9 lugares de 28 de agosto a 23 de outubro (56 dias) a 39€/dia ; 2.184,00€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Rego Costa & Tavares/Rent a Car	626284	02/10/2020	1.932,84	1.638,00	Aluguer de uma viatura Renault Trafic Ilha Santa Maria de 9 lugares de 11 de setembro a 23 de outubro (42 dias) a 39€/dia ; 1.638,00€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Autatlantis Rent a Car- Automóveis de	2304/RC	20/10/2020	1.575,01	1.334,75	Aluguer de uma viatura "Flores" de 9 lugares de 18 de setembro a 23 de outubro (35 dias) a 38,13€/dia ; 1.334,75€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Autatlantis Rent a Car- Automóveis de	2305/RC	20/10/2020	1.170,01	991,53	Aluguer de uma viatura "Ilha Graciosa" de 9 lugares de 18 de setembro a 23 de outubro (35 dias) a 38,13€/dia ; 991,53€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor divergente (S/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
							passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Escola de Condução Ilha 3, Lda	120/258	15/10/2020	2.611,84	2.213,42	Aluguer de uma viatura Opel Vivaro Angra Heroísmo de 9 lugares de 29 de agosto a 23 de outubro (56 dias) a 39,53€/dia ; 2213,42€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Autatlantis Rent a Car- Automóveis de	2303/RC	20/10/2020	2.565,00	2.173,73	Aluguer de uma viatura "Ilha São Miguel" de 9 lugares de 27 de agosto a 23 de outubro (57 dias) a 38,13€/dia ; 2.173,73€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Comícios	Amertema- Org. Eventos, Lda	18/494	23/10/2020	5.854,71	1.043,31	Aluguer, montagem e desmontagem som nas viaturas campanha 1.043,31€ ; 9 Unid; 115,92€/Unid.	Aluguer de equipamento: Equipamento de som, preço entre 200,00€ e 3.000,00€
Comícios	Viaturpico, Lda	CV901/2000180	22/10/2020	1.652,00	1.400,00	Aluguer de 2 viatura VW Transporter "Ilha do Pico de 9 lugares de 13 de setembro a 23 de outubro (40 dias) a 41,30€/dia ; 1.400,00€	Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Veículos ligeiros de transporte de passageiros: Acima de 7 lugares (preço por dia) entre 50,00€ e 152,03€
Brindes	Empresa Diário Porto, Lda	780	22/09/2020	3.835,94	3.078,00	Blocos no Formato 65x120mm, com 25 fls – 51.300 Unid.; 0,06€/Unid. ; 3.078,00€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): Blocos acima de 50000 Unidades, preço entre 0,31€ e 1,72€
Brindes	Enterprom Unipessoal, Lda	1263	15/09/2020	20.442,605	13.845,00	T-Shirts Manga curta branca, logo 1 cor frente até A4 – 15.000 Unid.; 0,923€/Unid. ; 13.845,00€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): T-Shirts entre 10.000 e 25.000 unidades, preço entre 1,11€ e 2,00€
Brindes	Amertema- Org. Eventos, Lda	18/493	23/10/2020	22.035,00	8.881,36	T-Shirts 155 grs Impressão cor área A 4, 4.000 Unid; 2,22€/Unid ; 8.881,36€	Material de propaganda para oferta: Brindes (preço por unidade): T-Shirts entre 1.000 e 5.000 Unidades, preço entre 1,20€ e 2,08€



A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), **podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável/justificada.**

Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, as situações identificadas carecem de esclarecimento por parte da Candidatura por forma a que seja possível aferir da razoabilidade/justificação das despesas. Não o fazendo, estas situações consubstanciam a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, ex vi artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional (cfr por todos o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho) nesta matéria, os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma. E os valores unitários que se encontrem acima do limite máximo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, o seu excesso, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado e sempre que não tenha sido demonstrada a existência de razões que permitam impugnar/afastar essa divergência, não corresponde a uma despesa de campanha eleitoral nos termos do art. 19.º, n.º 1 do mesmo diploma.

4.3. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável ex vi artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.



Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

In casu, a Candidatura registou no “Mapa M9 – Conta – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas”, no “Mapa M12 – Conta – Despesas de Campanha – Outras” e na contabilidade, concretamente nas subcontas “ – Fornecedores – Anacom – Aut.Nac.Com.” e “ – Viaturpico, Lda” (cfr. fls. 29 conjugado com fls. 46, 52 e 61 do PA e fls. 113 e 136 do Anexo I do PA), as seguintes despesas sem suporte documental:

em EUR

Tipo de despesa	Fatura	Fornecedor	Data	Descritivo	Valor
Outras despesas	-	Anacom-Aut.Nac.Com.	31/10/2020	Pagamento à Anacom	50,00
Comícios	2000179	Viaturpico, Lda	31/10/2020	Automóveis	1.652,00
Total					1.702,00

A não disponibilização de qualquer suporte documental impossibilita a certificação daquele registo de despesa e a comparação entre os valores despendidos em cada uma destas despesas e os valores constantes da Listagem n.º 2/2020.

Pelo exposto, a ausência de entrega da documentação de suporte das despesas identificadas representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta, que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência de falta do suporte documental das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que



possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade/justificação do preço dos serviços adquiridos, caso os valores das despesas sejam divergentes dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

4.4. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão estar discriminadas por categorias e ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se pode ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

No caso vertente, a Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M9 – Despesas de Campanha – Comícios, espetáculos e caravanas” as seguintes despesas cujos descritivos



apresentados nas faturas que as suportam se apresentam incompletos (cfr. fls. 29, 54, 55, 148 verso, 149 e 183, todas do PA):

em EUR

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Valor	Valor do descritivo incompleto (c/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Comícios	LGM-Gestão de Sup.Pub.Unip.,Lda	2020/426	20/10/2020	5.366,64	1.416,00 (1.200,00 + 216,00)	Aluguer e Montagem de Mini, 1.200,00€; 4 Unid, 300,00€/Unid./ Total 1.200,00 EUR (s/iva)	Estruturas: Aluguer de estruturas metálicas para cartazes ou telas — unidade/por mês
Comícios	Amertema-Org.Eventos,Lda	18/492	23/10/2020	33.456,52	835,44 (708,00 + 127,44)	Aluguer de estrutura Mini 2,40x1,75, 2 und., 354,00€/unid./ Total 708,00 EUR (s/iva)	Estruturas: Aluguer de estruturas metálicas para cartazes ou telas — unidade/por mês

O suporte documental das despesas supra identificadas apresenta um descritivo insuficiente/incompleto, não contemplando o período temporal pelo qual estes meios foram alugados, impossibilitando o cotejo entre o valor de aquisição e os valores comparativos constantes da listagem n.º 2/2020.

Tal situação representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

No âmbito do exercício do contraditório, pode o Partido vir apresentar esclarecimentos adicionais e/ou juntar documentos complementares idóneos a suprir a insuficiência do descritivo daquelas despesas.

Mais se acrescenta que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência do descritivo incompleto das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade/justificação do preço dos serviços adquiridos, caso o valor da despesa seja divergente do valor de mercado constante da Listagem n.º 2/2020.



5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha para a eleição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Candidatura**, verificam-se as seguintes irregularidades:

- i. Cedência de bens a título de empréstimo – não valorizados a valores de mercado (ver ponto 4.1.);
- ii. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 4.2.);
- iii. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 4.3.), e;
- iv. Deficiências no suporte documental de algumas despesas – descritivo incompleto (ver ponto 4.4.).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **PS**.

6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe o **Partido Socialista** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005).

Lisboa, 5 de junho de 2024



Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

(Presidente)

Lígia Ferro da Costa

(Vogal)

Pedro Roque

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



Lista de Anexos

ANEXO I

Conta resumo - Receitas de Campanha

ANEXO II

Conta resumo – Despesas de Campanha

Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha



ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS À ALRAA - 2020

PARTIDO SOCIALISTA

CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M 1	277 082,27	327 572,08	50 489,81
Contribuição de Partido Político	Mapa M 2	50 996,63	120 000,00	69 003,37
Produto de Angariação de Fundos / Donativos	Mapa M 3	2 000,00	25 000,00	23 000,00
Subtotal das Receitas		330 078,90	472 572,08	142 493,18
Donativos em espécie	Mapa M 4	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M 5	2 565,00		
Total das Receitas		332 643,90		

ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha



ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS À ALRAA - 2020
PARTIDO SOCIALISTA

CONTA – DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M 6	21 731,36	45 263,80	23 532,44
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M 7	127 917,25	170 000,00	42 082,75
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M 8	31 227,52	50 000,00	18 772,48
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M 9	117 380,46	100 000,00	-17 380,46
Brindes e outras ofertas	Mapa M 10	73 748,08	47 308,28	-26 439,80
Custos administrativos e operacionais	Mapa M 11	19 351,96	60 000,00	40 648,04
Outras	Mapa M 12	68,50	0,00	-68,50
Subtotal das Despesas		391 425,13	472 572,08	81 146,95
Donativos em espécie	Mapa M 13	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M 14	2 565,00		
Total das Despesas		393 990,13		

**ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

**Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha ALRAA 2020,
apresentadas pela Candidatura do PS – Partido Socialista**

PA 2/ALRAA/20/2020

